



CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE-RJ

Secretaria Geral de Administração

Departamento de Licitações e Contratos

Endereço: Praça Doutor Oliveira Botelho, 262 – Centro – Resende/RJ – CEP: 27.511-120
(24) 3354-9250 | www.cmresende.rj.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Nº 008/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2025

PE Nº 90.004/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BUFFET, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE E A EMPRESA CVA EMPREENDIMENTOS LTDA.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE**, com sede na Praça Doutor Oliveira Botelho, 262, Centro, nesta Cidade, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob o n.º 32.504.664/0001-84, doravante designado, simplesmente, de **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato por seu Presidente, Alessandro Soares Ritton, e a empresa **CVA EMPREENDIMENTOS LTDA.**, situada na St. Srtvn, Quadra 702, Conjunto P, S/Nº, Edifício Brasília Radio Center Sub SL 01, Loja SS-29 Parte EF27, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.719-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.046.457/0001-03, daqui por diante denominada CONTRATADA, representada neste ato por CAROLINA AMENO TEIXEIRA DE MACEDO, brasileira, solteira, empresária, nascida em 04/01/1981, portador da carteira de identidade nº 1.976.452 SSP/DF e do CPF nº 723.691.751-68, residente e domiciliada no QND 10, casa 22, Taguatinga Norte, Brasília/DF CEP: 72.120-100, resolvem celebrar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BUFFET**, com fundamento no processo administrativo nº 119/2025, que se regerá pelas normas da Lei nº 14.133/2021 e alterações, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BUFFET** conforme as especificações contidas no Edital e Termo de Referência, conforme detalhamento a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. PESSOAS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	TIPO A - COFFE BREAK <ul style="list-style-type: none">- Salgados assados (4 tipos diferentes)- Folhados assados (2 tipos salgados queijo e presunto e 1 tipo doce ameixa ou abacaxi)- Pão de queijo- Mini sanduiches, no pão de brioche com recheio a base de queijo, presunto ou salame.- Croissants 2 tipos: queijo e presunto e frango- Bolos caseiros 3 tipos (a escolher) sendo 1 tipo integral- Torradas com dois tipos de pastinhas a base de queijo ou ricota- Requeijão- Café puro- Leite- Chocolate quente- Refrigerantes (normal e diet)- Suco de frutas natural (sendo pelo menos 1 de laranja)	380	R\$ 36,00	R\$ 13.680,00

	Disponibilização de bandejas e jarras em inox, taças de vidro, copos de vidro, xícaras com pires (louça), talheres em inox, guardanapos em papel.			
02	<p><u>TIPO B - COQUETEL BÁSICO</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Pão a metro a base de salame, queijo, presunto, cream chesse, alface, tomate, já partido para servir; - Salgados fritos (quentes), coxinha de frango, quibe recheado com queijo, bolinha de queijo parmesão, rissoles de carne; - Salgados assados (quentes) pastel assado de carne, pastel de queijo, empada de frango, empada de palmito; - Canapés (2 variedades) salame e tomate seco; - Torradas com patês a base de cream chesse, tomate seco e azeitona; - Refrigerantes (normais e diet); - Água natural e água com gás (copos ou garrafinhas 200 ml, servidos em balde com gelo); - Sucos (2 tipos); - Mesa central com toalhas na cor nude ou brancas (tecido brocado) ou bistrôs (de acordo com a logística do evento, que será definido no momento da solicitação pelo fiscal do contrato, serviço de garçom, decoração a base de plantas e flores desidratadas, vasos. No caso do evento ser acionado solicitando mesas o contratado deverá disponibilizar toalhas e mini arranjo para centro de mesa. <p>Disponibilização de bandejas e jarras em inox, taças de vidro, copos de vidro, talheres em inox, guardanapos em papel.</p>	400	R\$53,25	R\$ 21.300,00
03	<p><u>TIPO C – COQUETEL COMPLETO (BRUNCH)</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Pão a metro a base de salame, queijo, presunto, cream chesse, alface, tomate, já partido para servir; - Quiche (2 tipos) queijo e alho-poró; - Tábua de frios decorada, a base de: queijos, salame, azeitonas pretas e verdes, fruta; - Torradas acompanhadas de 03 tipos de pastas a base de truta, frango e beringela; - Canapés (2 tipos) queijo e ameixa; - Castanhas, amendoins, ovos de codorna com molho rose; - Mini pães sírios para acompanhar as pastas; - Refrigerantes (normais e diet), servidos em jarra de inox ou vidro com identificação; - Água natural e água com gás (copos ou garrafinhas 200ml, servidos em balde com gelo); - Sucos (2 tipos), servido em suqueiras de vidro. - Café <p>Disponibilização de bandejas e jarras em inox, taças de vidro, copos de vidro, xícaras com pires (louça), talheres em inox, guardanapos em papel. Esse tipo necessita de 01 garçom para ficar à disposição dos convidados, a fim de reposição dos alimentos e auxílio no que for necessário.</p>	170	R\$69,00	R\$11.730,00
04	<p><u>TIPO D – LANCHE - EVENTO SOLIDÁRIO</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Mini sanduiches na bisnaguinha e recheados com (queijo e presunto); - Mini hamburguer assados; - Mini pizzas a base de queijo e calabresa; - Salada de frutas servidas em potes plásticos individuais com colher de plástico descartável; - Bolo com cobertura de chocolate já partido para servir - Suco (dois tipos); - Refrigerante (dois tipos); Servidos em copo descartável reforçado 	200	R\$52,50	R\$10.500,00
05	<p><u>TIPO E – LANCHE PARA ATIVIDADES EXTERNAS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Café com e sem açúcar (adoçante a parte); - Refrigerantes (dois tipos), 1 sem açúcar; - Suco de caixa a base de fruta (laranja ou uva); 	200	R\$37,00	R\$7.400,00

	<ul style="list-style-type: none"> - Água mineral (servida em garrafas de 500ml ou copos lacrados de 200ml); - 2 tipos de biscoito (amanteigados e sequilhos) servidos em recipientes de vidro com tampa); - Copos de café isopor; - Copos descartáveis reforçados; - Mexedores para café descartáveis; <p>A montagem e transporte do lanche ficara por conta da contratante</p>			
06	<p>TIPO F – COQUETEL TEMÁTICO – FESTA JUNINA</p> <p>Comidas típicas para festa junina:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cachorro quente com molho de salsicha, servido em pão careca tamanho médio na embalagem plástica - 2 tipos de caldo, servido quente em cumbucas de isopor e - - colheres descartáveis, sendo, um caldo verde e caldo canjiquinha; - Arroz carreteiro servido em cumbuca de isopor e colheres descartáveis de plástico; - Salsichão assado, servido em palito de madeira com opção de farofa para cobertura; - 2 tipos de pasteis fritos, (carne e queijo); - Canjica doce, dois tipos, coco e amendoim, servida na cumbuca de isopor com colheres descartáveis de plástico; - Dois tipos de bolo, (fubá cremoso e aipim); - Maçã do amor, embaladas em plástico e palitos de madeira; - Mesa de doces típicos a ser decorada com toalha temática para festa junina, contendo: cocadas, pé de moleque, doce de abobora, cural (servido em embalagem plástica com tampa e colher de plástico descartável); - Bebidas: refrigerantes (comum e diet), suco, água, quentão sem álcool. <p>As comidas acondicionadas em recipientes específicos para manterem quentes.</p> <p>As bebidas deverão ser servidas geladas e o quentão quente.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Descartáveis (talheres, copos 200 ml, guardanapos, cumbucas; - Serviço de garçons; - Mobiliário; - Decoração típica; 	200	R\$60,75	R\$12.150,00
VALOR TOTAL				R\$76.760,00

1.2. O FORNECEDOR deverá seguir as especificações dos objetos pertinentes de acordo com o TERMO DE REFERÊNCIAS.

1.3. Estimativa dos eventos a serem realizados, com base na programação anual do ÓRGÃO GERENCIADOR:

- 1.3.1.** Dia das Mães: 70 pessoas;
- 1.3.2.** Dia dos Pais: 70 pessoas;
- 1.3.3.** Visita de autoridades: 150 pessoas;
- 1.3.4.** Stand da EXAPICOR, abertura da exposição: 100 pessoas;
- 1.3.5.** Cursos, capacitações e pequenas recepções: 150 pessoas;
- 1.3.6.** Colaboradores da escala do stand: 6 por dia, totalizando 60 pessoas em 10 dias de festa;
- 1.3.7.** Destaque Religioso: 120 pessoas
- 1.3.8.** Destaque Influencer: 120 pessoas
- 1.3.9.** Servidor do Ano: 120 pessoas
- 1.3.10.** Dia do Vereador: 20 pessoas
- 1.3.11.** Páscoa: 120 servidores
- 1.3.12.** Páscoa Solidária: 80 crianças

1.3.13. Dia do Servidor 120 pessoas

1.3.14. Natal: 120 servidores

1.3.15. Natal Solidário: 80 crianças

1.4. O número de pessoas e de eventos poderá ser alterado, tratando-se de uma estimativa, conforme o quantitativo apurado da ata/exercício anterior, acrescido de 10% (dez por cento).

1.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao FORNECEDOR, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço registrado é o constante da proposta vencedora da licitação correspondente a preços unitários e quantitativos constante do anexo à presente Ata de Registro de Preços.

2.2. O preço total desta Ata corresponde a **R\$76.760,00 (setenta e seis mil e setecentos e sessenta reais)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇO

3.1. A ata de registro de preços poderá ser reajustada, decorrido 01 (um) ano da data da proposta ou orçamento, nos moldes do art. 84 da Lei nº 14.133/21, a fim de preservar a equação econômico-financeira da relação jurídica, em face da variação ordinária de custos.

3.2. Para o reajuste, será aplicado o índice de IPCA, nos termos do § 3º do art. 92 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano a partir da publicação da súmula no Portal Nacional de Compras Públicas e poderá ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES:

5.1. A Contratada obriga-se a:

5.1.1. Do preparo dos alimentos:

5.1.1.1. Os alimentos que necessitem de preparação prévia, deverão ser preparados na cozinha da **CONTRATADA**, utilizando matéria prima e insumos de primeira qualidade.

5.1.1.2. No caso de alimentos assados ou fritos, os mesmos deverão atender o padrão de temperatura no momento de serem servidos (quentes).

5.1.1.3. Os alimentos sob hipótese nenhuma poderão ser reutilizados.

5.1.2. Da quantidade:

5.1.2.1. A quantidade a ser servida deve estar adequada ao número de pessoas, não devendo denotar escassez, sobretudo para os convidados servidos por último.

5.1.3. Da forma de servir:

5.1.3.1. Em modelos que não possuem garçons, os itens deverão ser entregues e acondicionados na orientação do fiscal do contrato.

5.1.3.2. Em modelos que não possuem, os alimentos deverão ser colocados em bandejas inox, sendo disponibilizado louças, tais como: pratos, talheres, bandejas e jarras em inox, copos entre outros e no final do evento a **CONTRATADA** se encarregará de recolher seu material, caso aconteça algum dano, a **CONTRATANTE** se responsabilizará pelo dano.

5.2. DA CONTRATADA

Obriga-se a empresa vencedora:

- 5.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 5.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 5.2.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 5.2.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da visita, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 5.2.6. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) corridos, o produto com avarias ou defeitos;
- 5.2.7. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;
- 5.2.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.2.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

5.3. DA CONTRATANTE:

- 5.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 5.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.2.3. Comunicar ao **FORNECEDOR**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos objetos, para que seja substituído, reparado ou corrigido, no momento do recebimento;
- 5.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do **FORNECEDOR**, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.2.5. Efetuar o pagamento ao **FORNECEDOR** no valor correspondente dos objetos, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.2.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **FORNECEDOR** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente no Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **FORNECEDOR**, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 5.2.7. Emitir nota de empenho e realizar o pedido de acordo com as condições estabelecidas e com prazos suficientes para que a entrega dos objetos no prazo especificado no Termo de Referência não prejudique o bom funcionamento das atividades da Câmara Municipal de Resende;
- 5.2.8. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL E HORÁRIOS DE ENTREGAS:

6.1. Os objetos desta Ata deverão ser entregues na Sede Administrativa da Câmara Municipal de Resende, situada na Praça Doutor Oliveira Botelho, 262, Centro, Resende, RJ, CEP 27.511-120, no horário de 12:00 às 18:00, ou outro a combinar previamente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

7.1. Os recursos necessários para as contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços correrão por conta da Natureza da Despesa e do Programa de Trabalho próprios do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Órgão/Unidade Orçamentária	Programática	Natureza	Fonte
01.000/01.011	01.122.0105.2.329	3.3.90.39.00	1.500.0000

CLÁUSULA OITAVA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. A solicitação do objeto será feita junto a **CONTRATADA** com até 05 (cinco) dias corridos de antecedência.

8.2. Os horários para execução da prestação de serviço, serão os solicitados e definidos pelo fiscal do contrato.

8.3. O serviço de montagem da infraestrutura deverá estar pronto com 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início do evento.

8.4. Os objetos serão recebidos em duas etapas:

8.4.1. Recebimento provisório: o material será recebido provisoriamente no momento da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações exigidas e com a proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de entrega inicialmente fixado;

8.4.2. Recebimento definitivo: após a realização do evento, a fiscalização avaliará as características dos itens que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente

8.4.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto no Termo de Referência. Se, após o recebimento, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa **FORNECEDORA** deverá realizar a substituição imediata, além de possível aplicação dos indicadores de IMR.

8.5. O **FORNECEDOR** garantirá a qualidade de cada unidade do material fornecido, obrigando-se a substituir aqueles que estiverem danificados em razão de transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração;

8.6. Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos, obrigando-se a substituir no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento;

8.7. Na hipótese de substituição, o **FORNECEDOR** deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Câmara Municipal de Resende-RJ, no prazo máximo apontado para no item 8.3. sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação;

8.8. Se o **FORNECEDOR** não substituir ou complementar o material entregue em desconformidade com as condições do Termo de Referência, o fiscal do contrato fará relatório circunstanciado à unidade competente com vistas à glosa da nota fiscal, no valor do material recusado ou não entregue, e a enviará para pagamento, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face a eventual aplicação de multa.

8.9. Do instrumento de medição de resultado – IMR

8.9.1. Informações gerais

8.9.1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

8.9.1.2. Objetivo a atingir: Prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.

8.9.1.3. Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.

8.9.1.4. Sanções: embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a **CONTRATANTE** poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

8.9.2. Condições gerais

8.9.2.1. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da **CONTRATADA** será estabelecido e utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.

8.9.2.2. A análise dos resultados destas avaliações pela **CONTRATANTE** poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a **CONTRATADA** não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

8.9.2.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela **CONTRATADA** como um compromisso de qualidade que assumirá junto à **CONTRATANTE**. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.

8.9.2.4. Para o recebimento integral do valor contratado, a **CONTRATADA** deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

8.9.2.5. O IMR será implementado na data de assinatura do contrato, cabendo a Comissão de Apoio avaliar a execução dos serviços prestados.

8.9.2.6. Para consecução destes objetivos deverá ser adotado as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos itens abaixo.

8.9.2.7. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

8.9.2.8. O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência.

8.9.2.9. As pontuações definidas, para ajuste de pagamento, não isentarão a **CONTRATADA** das sanções previstas no Termo de Referência.

8.9.2.10. A pontuação será apurada considerando 3 níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível, uma pontuação, a depender da ocorrência, conforme tabela abaixo:

TABELA 1	
CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
BAIXO IMPACTO	1
MÉDIO IMPACTO	2
ALTO IMPACTO	3

8.9.3. Da faixa de ajuste no pagamento

8.9.3.1. A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no período de avaliação, conforme tabela abaixo:

TABELA 2	
PONTUAÇÃO	DESCONTO NA FATURA
ATÉ 2 PONTOS	NÃO HAVERÁ AJUSTE
DE 3 A 5 PONTOS	1% SOBRE O VALOR DA FATURA
DE 6 A 8 PONTOS	2% SOBRE O VALOR DA FATURA
DE 9 A 11 PONTOS	3% SOBRE O VALOR DA FATURA
ACIMA DE 11 PONTOS	8% SOBRE O VALOR DA FATURA

8.9.4. Indicadores

8.9.4.1 Os indicadores, considerados para apuração da pontuação, terão como referência o cronograma acordado na prestação dos serviços, conforme tabela abaixo:

TABELA 3		
ITEM	INDICADOR	PONTUAÇÃO
01	FUNCIONÁRIO SEM QUALIFICAÇÃO	3
02	FUNCIONÁRIO SEM IDENTIFICAÇÃO	1
03	FUNCIONÁRIO SEM UNIFORME ADEQUADO	1
04	PONTUALIDADE	2
05	MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO	2
06	RECUSAR-SE A EXECUTAR SERVIÇO DETERMINADO PELA COMISSÃO DE APOIO	2
07	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL QUANDO NECESSÁRIO	2
08	PERMITIR SITUAÇÃO QUE CRIE A POSSIBILIDADE DE CAUSAR DANO FÍSICO, LESÃO CORPORAL OU CONSEQUÊNCIAS LETAIS, POR OCORRÊNCIA;	3
09	SUSPENDER OU INTERROMPER, SALVO MOTIVO DE FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO, OS SERVIÇOS CONTRATUAIS;	3
10	DESCUMPRIR QUAISQUER DOS ITENS DESTE TERMO DE REFERENCIA NÃO PREVISTOS NESTA TABELA DE MULTAS.	3

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Da Gestão e Fiscalização:

9.1.1. Gestor:

Nome: Helenice da Silva Barreto
Cargo: Chefe do Departamento de Contratos
Matrícula: 179
E-mail: contratos@cmresende.rj.gov.br

9.1.2. Fiscal:

Nome: Renata Aparecida do Vale
Cargo: Secretária Geral Administrativa
Matrícula: 483
E-mail: secretariaadministrativa@cmresende.rj.gov.br

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA: CONDIÇÕES DO PAGAMENTO:

10.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal, acompanhada pela ordem de fornecimento (quando houver), devidamente assinada pelo fiscal

designado e acompanhada ainda das CND's FGTS, TRABALHISTA e FEDERAL e após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrônica para a conta bancária indicada pelo **CONTRATADO**;

10.2. O **CONTRATADO** deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA e FEDERAL) em validade para o pagamento;

10.3. Sobre os valores referentes a aquisição, serão retidos, na fonte, pelo **CONTRATADO**, o percentual correspondente ao IRPJ, na forma definida pelas Instruções Normativas expedidas pela Secretaria da Receita Federal (IN 1.234/2012), bem como as alíquotas correspondentes ao INSS e ISSQN, quando for o caso, cabendo ao **CONTRATADO** destacar os percentuais devidos, quando da emissão das Notas Fiscais;

10.4. Em caso, do **CONTRATADO** se enquadrar no artigo 4º incisos III, IV ou XI da Instrução Normativa – RFB n.º 1.234/2012, esta deverá no ato da assinatura do Instrumento Contratual com a Contratante, apresentar 02 (duas) vias originais da declaração em conformidade com os modelos específicos na Instrução Normativa e em suas respectivas alterações;

10.5. As 02 (duas) vias citadas declarações deverão ser encaminhadas na forma original, assinadas e datadas conforme o dia do recebimento da Ordem de Compra/Serviço;

10.6. A declaração original, poderá ser apresentada por meio eletrônico, com utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP Brasil), desde que, no documento a ser arquivado pela Contratante conste a assinatura digital do representante legal e a respectiva data de assinatura, conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020.

10.7. O **CONTRATADO** deverá informar ao Gestor do Contrato imediatamente, qualquer alteração na situação declarada;

10.8. Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado;

10.9. A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

10.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1. Das Infrações Administrativas – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado que:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

- 11.1.2.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3.** der causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.1.5.** não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.6.** não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.7.** enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;
- 11.1.8.** apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 11.1.9.** fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.10.** comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;
- 11.1.11.** pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.12.** pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas:

11.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. Da Aplicação das Sanções:

11.3.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.3.2. A aplicação de sanções não exime o licitante ou o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

11.3.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

11.3.3. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

11.3.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.3.5. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do *caput* do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3.6. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

11.3.7. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

11.3.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

11.4. Poderão ser aplicadas as seguintes multas, conforme a gravidade das infrações:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	3% SOBRE O VALOR DO EMPENHO.
2	5% SOBRE O VALOR DO EMPENHO.
3	7% SOBRE O VALOR DO EMPENHO.
4	10% SOBRE O VALOR DO EMPENHO
5	10% SOBRE O VALOR TOTAL DA ATA/CONTRATO, MAIS 5% AO DIA SOBRE O VALOR DO EMPENHO.

6	30% SOBRE O VALOR DO PRODUTO A SER GARANTIDO, MAIS 2% AO DIA POR ATRASO SOBRE O VALOR DO PRODUTO.
7	20% SOBRE O VALOR TOTAL DA ATA/CONTRATO.

11.5. Da classificação das infrações por gravidade (GRAU):

INFRAÇÃO	
DESCRIÇÃO DA GRAVIDADE OCORRIDA	GRAU
PERMITIR SITUAÇÃO QUE CRIE A POSSIBILIDADE DE CAUSAR DANO FÍSICO, LESÃO CORPORAL OU CONSEQUÊNCIAS LETAIS, POR OCORRÊNCIA.	5
SUSPENDER OU INTERROMPER, SALVO MOTIVO DE FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO, O FORNECIMENTO/ENTREGA DOS PRODUTOS POR DIA E POR NOTA DE EMPENHO.	3
ATRASAR A ENTREGA INJUSTIFICADAMENTE, POR EMPENHO E POR DIA	2
ENTREGAR PRODUTO EM DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E PROPOSTA SEM MOTIVO JUSTIFICADO; POR OCORRÊNCIA	4
ENTREGAR PRODUTOS USADOS, RECONDICIONADOS E OU REMANUFATURADOS, POR PRODUTO.	4
ENTREGAR PRODUTO MAL EMBALADO OU COM EMBALAGEM DANIFICADA E OU VIOLADA, POR OCORRÊNCIA	2
ENTREGAR PRODUTO COM APRESENTAÇÃO EM DESCONFORMIDADE COM A DESCRITA NO EDITAL, POR OCORRÊNCIA.	2
FORNECER INFORMAÇÃO PÉRFIDA DE SERVIÇO OU SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAL; POR OCORRÊNCIA.	2
REUTILIZAR MATERIAL, PEÇA OU EQUIPAMENTO SEM ANUÊNCIA DA FISCALIZAÇÃO; POR OCORRÊNCIA.	3
DER CAUSA À INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO DA ATA/CONTRATO	7
AINDA, DEIXAR DE:	
ZELAR PELAS INSTALAÇÕES DA CMR/RJ NO MOMENTO DA ENTREGA, POR OCORRÊNCIA.	1
CUMPRIR DETERMINAÇÃO FORMAL OU INSTRUÇÃO COMPLEMENTAR DO ÓRGÃO FISCALIZADOR, POR OCORRÊNCIA;	1
MANTER A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ATUALIZADA; POR ITEM, POR OCORRÊNCIA.	1
CUMPRIR HORÁRIO DE ENTREGA ESTABELECIDO PELO CONTRATO OU DETERMINADO PELA FISCALIZAÇÃO; POR OCORRÊNCIA	1
CUMPRIR DETERMINAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO PARA CONTROLE DE ACESSO DE SEUS FUNCIONÁRIOS; POR OCORRÊNCIA.	2
CUMPRIR QUAISQUER DOS ITENS DO EDITAL E SEUS ANEXOS NÃO PREVISTOS NESTA TABELA DE MULTAS, APÓS REINCIDÊNCIA FORMALMENTE NOTIFICADA PELO ÓRGÃO FISCALIZADOR, POR ITEM E POR OCORRÊNCIA;	2
SUBSTITUIR OS PRODUTOS, ÀS SUAS CUSTAS, QUANDO PROTEGIDO PELA RESPECTIVA GARANTIA.	6

11.5.1. A somatória das multas previstas nas tabelas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da ata/contrato com esse fornecedor.

11.5.2. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à contratada.

11.5.3. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

11.5.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

12.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada quando a **CONTRATADA** praticar uma das seguintes hipóteses:

12.1.1. descumprir as condições nela estabelecidas;

12.1.2. convocado, não comparecer para assinar o contrato, não aceitar a nota de empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública Estadual, sem justificativa aceitável;

12.1.3. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

12.1.4. perder alguma das condições de habilitação durante a vigência da ATA;

12.1.5. não atendera às convocações e diligências realizadas pela Administração.

12.2. quando não for obtido êxito nas negociações decorrentes de revisão do preço registrado;

12.3. quando ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, que prejudique o cumprimento da Ata de Registro de Preços, devidamente comprovado e justificado por razão de interesse público ou a pedido do **CONTRATADA**.

12.4. Nas hipóteses previstas nesta cláusula, o beneficiário da Ata de Registro de Preços poderá, a critério da Administração, ser obrigado a garantir o fornecimento pelo prazo de trinta dias.

12.5. O cancelamento da Ata de Registro de Preços será formalizado por decisão do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, devidamente motivada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO E DA EFICÁCIA

13.1. A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após a assinatura das partes e sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1. Fica eleito o Foro de Resende, Estado do Rio de Janeiro para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Resende/RJ, 05 de maio de 2025.

ALESSANDRO SOARES RITTON

CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE

Presidente

CVA EMPREENDIMENTOS LTDA

CAROLINA AMENO TEIXEIRA DE MACEDO